

Relatório dos Minicursos

VI Fórum Nacional de Museus

Belém – PA

2014

Brasília
Janeiro de 2015

RELATÓRIO MINICURSOS VI FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

Apresentação

Os minicursos são oficinas de capacitação oferecidas em diversas áreas de atuação do campo. Tratam de temas do dia a dia das instituições museológicas, evidenciando questões de relevância dos últimos anos. Para os participantes, minicursos ensejam a atualização em assuntos que impactam o funcionamento das instituições, a formação de redes e a difusão de protocolos de especialistas no campo dos museus.

O presente relatório tem o objetivo de subsidiar a comissão de relatoria do VI Fórum Nacional de Museus, no que concerne ao detalhamento das atividades realizadas nos seis minicursos oferecidos aos participantes, durante os dias 24 e 25 de novembro de 2014, no âmbito do VI FNM, totalizando dez horas.

Esse relatório trará a compilação das descrições enviadas pelos ministrantes, bem como as observações e sugestões extraídas das fichas de avaliações respondidas pelos participantes. Os minicursos oferecidos foram:

MINICURSO I - Decreto 8.124/13: Plano Museológico instrumento de gestão dos museus

MINISTRANTE: Taís Valente

EMENTA: Apresentação dos instrumentos de gestão do Estatuto dos Museus. Conexões entre o Plano Museológico, a Política Nacional de Museus e o Plano Nacional Setorial de Museus. Processo jurídico de criação das instituições museológicas. Conceitos de Planejamento estratégico. Conceitos de Planejamento e gestão dos museus. Conceito, estrutura e elaboração do Plano Museológico: diagnóstico institucional; elaboração de programas e abordagem transversal de temas estruturantes para a construção dos projetos.

MINICURSO II - Elaboração de Projetos e Fomento para a Área Museológica

MINISTRANTES: Adna Teixeira e Paulo Celso Liberato Correia

EMENTA: Elaboração de Projeto para fomento e financiamento: conceitos básicos. O passo a passo para elaboração de projetos. A política de editais: exemplos práticos. A

importância do planejamento e aplicação de metodologia para otimizar o acesso aos recursos disponibilizados via editais. Fontes de financiamento e captação de recursos: Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac (Fundo Nacional da Cultura e Mecenato). Utilização de Ferramentas Governamentais Salicweb e Sistema de Convênios – Siconv.

MINICURSO III – Promoção em museus: estratégias criativas e sustentáveis

MINISTRANTES: Márcia Borba e Ricardo Alberton

EMENTA: Marketing e promoção: princípios e perspectivas conceituais; Como criar parcerias institucionais para promoção e divulgação dos museus e processos museológicos; Como elaborar estratégias de alinhamento com produtos e serviços de instituições públicas e privadas; Apresentação de casos de sucesso e boas práticas nas ações de promoção do Instituto Brasileiro de Museus/Ibram e museus brasileiros.

MINICURSO IV - Museus e acessibilidade: uma temática contemporânea

MINISTRANTES: Flávia Pedrosa e Isabel Portela

EMENTA: Explicação sobre as diferentes deficiências; Apresentação de algumas possibilidades para estruturar um espaço mais preparado com uma infraestrutura para receber todos os tipos de visitantes; Apresentação das leis; Apresentação dos símbolos e seus significados; Estudos de casos e Sensibilização prática.

MINICURSO V - Documentação museológica: Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados

MINISTRANTES: Amanda Oliveira e Luciana Palmeira

EMENTA: Documentação museológica: conceito; Breve história da documentação museológica no mundo; Padrões, normas e protocolos internacionais aplicados à documentação museológica; Gestão de acervo: procedimentos técnicos da ação documental; INBCM- Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados: elementos de descrição; Sistema de Acervos Museológicos do Ibram.

MINICURSO VI – Estudo de Público – conceitos e aplicações

MINISTRANTES: Bruno Moura e Rafaela Lima

EMENTA: Público – conceito e contextos; Estudo ou Estudos de Público – tipos e aplicações; Experiências Nacionais; Experiências Internacionais; Público no Ibram – uma experiência sobre contagem de público; Elaborando um Estudo de Público.

MINICURSO I - Decreto 8.124/13: Plano Museológico instrumento de gestão dos museus

Conforme descrito na ementa, o conteúdo apresentado neste minicurso foi pautado na legislação museológica vigente, com destaque para o Decreto 8.124/13, que regulamenta as leis 11.904 e 11.906. É válido ressaltar a importância dessa ênfase, uma vez que esse foi o primeiro Fórum Nacional de Museus, após a publicação dessa normativa.

Tendo em vista os esclarecimentos necessários ao campo museológico, a apresentação realizada no primeiro período do minicurso - 24.11/manhã - mostrou aos participantes as competências dos museus brasileiros e do IBRAM, os instrumentos da Política Nacional de Museus (Registro de Museus, Cadastro Nacional de Museus, Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados, Cadastro Nacional de Bens Culturais Musealizados Desaparecidos), os principais instrumentos de gestão trazidos pela legislação (plano museológico, regimento interno, política de aquisição e descartes), o programa de Financiamento e Fomento reiterado pelo Decreto, a Declaração de Interesse Público e o esclarecimento sobre as penalidades.

Os participantes demonstraram interesse pelo tema e várias dúvidas foram apontadas. Importante destacar que o Registro de Museus foi o instrumento com maior número de questões, sendo necessária a presença da servidora Alessandra Garcia, que compõe a equipe que está desenvolvendo as normativas relativas ao Registro para maiores esclarecimentos para os participantes.

No segundo período - 24.11/ tarde - dando continuidade as atividades, o tema Plano Museológico foi detalhando. As fases de elaboração (Diagnóstico, Programas e Projetos) foram pontuadas, conceituadas e discutidas com os participantes. Os onze programas foram passados individualmente com exemplificações de ações a serem desenvolvidas em cada um.

O terceiro período – 25.11/manhã - foi dedicado à realização de exercícios. Os participantes foram subdivididos em dois grupos, onde cada um teria que apresentar a vocação institucional (missão, visão e objetivos) e um pequeno diagnóstico utilizando a matriz SWOT, de uma instituição museológica hipotética.

De modo geral, o minicurso foi produtivo. A troca de experiência, o compartilhamento de informações foi interessante para a fluidez do assunto e a interação dos participantes. A

observação de destaque entre todos foi a solicitação de extensão da carga horária e disponibilização de materiais de apoio.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Estatuto de Museus**. Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus**. Bases para a Política Nacional de Museus. Programa de Formação e Capacitação em Museologia. Brasília: Minc, maio, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2009.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE - PMI (2008). **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos: Guia PMBOK**. Project Management Institute, 2008.

DAVIES Stuart. **Plano Diretor**. Maria Luiza Pacheco Fernandes (trad.). São Paulo: Edusp; Fundação Vitae, 2001 (Série Museologia 1).
http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/download_arquivo/roteiro1.pdf.

ESPAÑA. MINISTÉRIO DE CULTURA. **Critérios para la elaboración del plan museológico**. Espanha: 2005. disponível em
<http://www.mcu.es/museos/MC/PM/index.html>

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. **Planejamento Museológico**. Coleção: Falando de... nº 2. Belo Horizonte, 2011.

Kaplan, Robert; Norton, David. **A Execução Premium**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2008.

Mintzberg, Henry. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Project Management Institute - PMI (2008). **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos: Guia PMBOK**. Project Management Institute.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Arnaldo. **Planejamento Estratégico**. São Paulo. Atlas, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Portaria Normativa Nº 1**, de 5 de julho de 2006. Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 11 de julho de 2006.

CHAGAS, Mário de Souza e NASCIMENTO JUNIOR, José do (organizadores). **Subsídios para a criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009.

ICOM. **Código de Ética para Museus**. Disponível em: http://www.icom.org.br/codigo_etica_port.pdf

ICOM. **Como gerir um museu: manual prático**. França. 2004

LORD, Barry, LORD, Gail Dexter. **Manual de gestión de museos**. Barcelona. Editorial Ariel. 1998

MASON, Timothy. **Gestão Museológica: Desafios e Práticas**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: British Council: Fundação Vitae. 2004

PADGETT, Clinton M. (2012). **Método de Sucesso em Projetos**. DVS Editora.

MINICURSO II - Elaboração de Projetos e Fomento para a Área Museológica

A execução do minicurso foi bastante satisfatória; conseguimos abordar todos os pontos previstos na ementa. O público esteve presente em grande número do início ao fim do minicurso e se mostrou bastante interessado. O total de presentes nos turnos manhã e tarde do primeiro dia foi de 46 e 54 participantes, respectivamente e o total de presentes na manhã do dia seguinte foi de 60 participantes.

Alguns participantes manifestaram interesse na demonstração passo a passo da elaboração de um projeto, o que exigiria um formato de oficina cuja realização não seria viável dado o alto número de inscritos e o limite de tempo dos minicursos.

A realização da Teia de Memória nas mesmas datas e horários dos minicursos não permitiu a participação de membros dos Pontos de Memória, parcela essa de público que acreditamos necessitar de orientações sobre a elaboração de projetos e os mecanismos de incentivo e fomento.

Sugere-se que no próximo Fórum o início dos minicursos seja na tarde do primeiro dia de evento, visto que durante a manhã (período de credenciamento) muitas pessoas ainda estavam chegando, principalmente as procedentes de outras cidades.

Outra sugestão seria a articulação entre o Ibram e os organizadores do Enemu de modo a acertar com antecedência o local e as datas de realização do encontro universitário e do fórum, de modo que este possa contar com uma maior participação dos estudantes; afinal, como futuros profissionais do setor museal, é necessário que eles tenham contato com o tema da elaboração de projetos desde a época de formação.

De modo geral, acreditamos que o tema contribuiu para o melhor desempenho dos profissionais de museus e gestores do setor cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Arnaldo. **Planejamento Estratégico**. São Paulo. Atlas, 2012.

BOTELHO, Isaura. **A Diversificação das fontes de financiamento para a cultura: um desafio para os poderes públicos**. In: MOISÉS, José Álvaro e BOTELHO, Isaura. Modelos de financiamento da cultura. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus**. Bases para a Política Nacional de Museus. Programa de Formação e Capacitação em Museologia. Brasília: Minc, maio, 2003.

CHAGAS, Mário. **Memória e poder: dois movimentos**. In: ____; SANTOS, Myriam. Museu e Políticas de Memória, Cadernos de Sociomuseologia nº 19. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2009.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE - PMI (2008). **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos: Guia PMBOK**. Project Management Institute, 2008.

DAVIES Stuart. **Plano Diretor**. Maria Luiza Pacheco Fernandes (trad.). São Paulo: Edusp; Fundação Vitae, 2001 (Série Museologia 1).
http://www.usp.br/cpc/v1//imagem/download_arquivo/roteiro1.pdf.

FALCÃO, Joaquim Arruda. **Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional**. In: MICELI, Sergio (org.). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984, p. 21-39.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. **Planejamento Museológico**. Coleção: Falando de... nº 2. Belo Horizonte, 2011.

ICOM. **Como gerir um museu: manual prático**. França. 2004.

MASON, Timothy. **Gestão Museológica: Desafios e Práticas**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: British Council: Fundação Vitae. 2004

Legislação

Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº. 8.313/91) - Lei Rouanet atualizada

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006

Regulamenta a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009

Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013

Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o

Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009

Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Decreto nº 6.845, de 07 de maio de 2009

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, e dá outras providências.

Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020

Como parte integrante do Plano Nacional de Cultura, o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) organiza, estrutura e viabiliza as políticas públicas voltadas para o setor museal no país. Nesse sentido, deverá adequar-se à estrutura de planejamento, nos moldes do Plano Plurianual, contemplando e indicando ações (projetos ou atividades) metas e estimativas orçamentárias.

Manual da Marca Ibram (2010)

O Manual padroniza elementos gráficos de leitura clara e objetiva, reforçando a conexão entre a instituição e o público.

Portaria nº 29 do Ministério da Cultura (2009)

Dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e para concessão de prêmios a iniciativas culturais no âmbito do Ministério da Cultura.

Outras Legislações:

Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO) alterada pela Lei nº 12.795, de 02 de abril de 2013, Lei nº 12.798, de 04 de abril de 2013 (LOA), Lei-Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei 4.320, de 17 de março de 1964, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 e Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Acórdão 1155/2003, do Tribunal de Contas da União – TCU, Instrução Normativa nº 01, de 24 de junho de 2013.

LINKS:

Link para manual do Salic (para inscrições nos editais):

http://sistemas.cultura.gov.br/propostaweb/Docs/ManualEditais_V2.pdf

Link Renúncia Fiscal pela Lei 8.313/91. Orientações para apresentar projeto com vistas à captação de recursos a serem deduzidos do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas e Imposto de Renda de Pessoas Físicas. Mais informações podem ser obtidas no link

<http://www.cultura.gov.br/projetos->

[incentivados;jsessionid=466CC924E6B389A8EA9DB94267E2AB7D.portal2](http://www.cultura.gov.br/projetos-incentivados?jsessionid=466CC924E6B389A8EA9DB94267E2AB7D.portal2) .

Link para manuais do SICONV (Portal de conveniamento):

<https://www.convenios.gov.br/portal/manuais.html>

Link Manual Pronac (Orientações básicas Mecenato e FNC):

<http://www.pmerechim.rs.gov.br/uploads/categories/579/d23d6e623e8494115353bafac9bdba36.pdf>

Link Manuais Novo Salic:

<http://www.cultura.gov.br/documents/10895/0/Manuais+Novo+Salic+Recife.pdf/e049f787-87b3-4dda-8e9a-eb237ec8cfa5>

Sites

www.cultura.gov.br

www.museus.gov.br

OBJETIVOS

O curso teve como principal objetivo abordar a importância do marketing por meio das ações de promoção apresentadas como estratégias inovadoras e criativas de gestão e sustentabilidade dos museus e processos museológicos brasileiros.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada durante o curso buscou propiciar a discussão e a troca de experiência entre os participantes.

O curso foi iniciado com uma breve introdução sobre o 6º Fórum Nacional de Museus, abordando o tema “Museus Criativos” e como a promoção em museus se inseria nesse contexto.

Falou-se sobre a necessidade dos museus adotarem práticas diversificadas e atuarem de maneira criativa, qualificando-se para superar os desafios, conforme exemplo de ação desenvolvida pelo Museu de Minas e Metais que, durante a 8ª Primavera dos Museus (2014), perguntou aos visitantes o que seria um Museu Criativo. As respostas foram apresentadas aos participantes, que puderam perceber o que o público visitante espera de um museu. O Museu do Ouro, vinculado à estrutura do Ibram, foi apontado durante essa ação realizada pelo Museu de Minas e Metais como exemplo de museu criativo, para surpresa do diretor, o Sr. Ricardo Rosa, que participava do minicurso.

Foi explicado que a abordagem sobre Promoção em Museus atendia a uma demanda apresentada em edições anteriores do Fórum, e que o tema fazia parte de discussões recentes no campo da museologia. Que essa iniciativa era uma extensão dos trabalhos já iniciados internamente no Ibram, através do Grupo de Trabalho de Marketing Museal. Foi uma oportunidade de reforçar a importância do marketing como mais uma possibilidade de ação dentro de um plano de gestão.

Os participantes puderam apontar estratégias utilizadas em suas instituições para se comunicarem com seus públicos. Esse momento foi de intensa participação, pois quase todos apresentaram exemplos variados de ações de promoção e comunicação, que

serviram tanto para embasar o restante do curso como para estimular a troca de experiência entre si.

Após esse momento de interação e troca de experiências, o conteúdo proposto na ementa foi abordado. Todos mostraram-se receptivos ao que seria apresentado, e dispostos a participar e contribuir para o desenvolvimento do curso.

Nas etapas seguintes, o curso foi dividido da seguinte maneira:

Manhã do dia 24:

- Apresentação dos princípios e conceitos do marketing;
- Apresentação das ferramentas de promoção.

Tarde do dia 24:

- Orientação sobre realização de parcerias institucionais para a promoção e divulgação dos museus e processos museológicos;
- Orientação sobre elaboração de estratégias de alinhamento com produtos e serviços de instituições públicas e privadas;
- Apresentação do Museu de Quilombos e Favelas Urbanas – Muquifu.

Manhã do dia 25:

- Visita técnica à Incubadora Pará Criativo;
- Encerramento;
- Avaliação dos participantes.

Para dinamizar o curso, foram apresentados alguns vídeos, muitas imagens, e material de apoio entregue individualmente e composto por:

- Minimanual elaborado pelos ministrantes (com os principais pontos abordados no curso e exemplo de como elaborar ações de comunicação para os museus);
- Revista Museália: como exemplo de publicação dirigida, que pode ser utilizada pelo campo em ações de promoção;
- Lâmina do Mc Donalds, como exemplo de parceria de sucesso entre Ibram e empresa privada.

Além desse material individual, o Museu de Quilombos e Favelas Urbanas – Muquifu distribuiu peças elaboradas em algumas das principais campanhas promocionais da instituição.

Ao final do curso ainda foram sorteados três exemplares da publicação “Encontros com o Futuro – prospecções do campo museal brasileiro no início do século XXI”, um exemplar de “Museus e Turismo” e dez unidades do vídeo “Por falar em arte e museu”, um curta-metragem produzido pela Universidade Federal do Pará.

TEORIA, ESTUDOS DE CASOS E MUQUIFU

A apresentação teórica foi iniciada com conceitos de estudiosos da área de marketing, e a discussão sobre sua aplicação para o campo museal foi introduzida com a seguinte definição:

Marketing para museus - conforme Kotler, as estratégias de marketing adotadas em organizações como os museus podem contribuir para a obtenção dos objetivos da instituição, de forma mais eficaz. Isto é, tais estratégias devem visar a possibilidade de maiores recursos para a instituição, de estímulos aos funcionários e a busca de clientes, por meio de parcerias, eficientes e eficazes.

A partir daí, reforçou-se a necessidade dos museus pensarem sempre em criar vínculos com seus públicos. A frase de Hugues de Varine “O público é o museu e o museu é o público”, foi consolidada pela explanação de uma participante que, em nossa defesa, colocou que o museu deve se comunicar através de uma troca recíproca que conduza à compreensão mútua entre museus e público, beneficiando a ambos.

Na sequência, apresentamos a promoção como um componente do marketing, e as principais ferramentas que podem ser utilizadas pelas instituições museais ao buscarem estabelecer relacionamento com seus mais diversos públicos.

Assim como no conceito de marketing, a promoção foi abordada especificamente sobre o ponto de vista dos em museus, considerando-a como uma estratégia de comunicação integrada que apresenta as instituições museais a seus públicos de interesse, direcionando informações sobre seus programas e atividades, construindo a imagem do museu e gerando relacionamentos que possibilitem a sustentabilidade da instituição, atendendo de forma adequada e contínua às demandas sociais por educação, lazer e cultura. A intenção era claramente trabalhar a teoria, respeitando e atendendo às especificidades do campo.

Para cada uma das ferramentas trabalhadas (Propaganda, Relações Públicas, Promoção de Vendas, Marketing Direto e Venda Pessoal), foram abordados três aspectos: conceito, características e principais meios utilizados. Além disso, em cada ferramenta foram apresentados diversos exemplos práticos utilizados por museus, que serviram de inspiração para que os participantes elaborassem ações em suas instituições.

A abordagem teórica encerrou com a apresentação de algumas ferramentas inovadoras, que permitiam às instituições usar o poder da rede mundial de computadores para realizar um novo tipo de comunicação e de relacionamento com os públicos. Foram trabalhados os principais aspectos sobre gestão de sites, blogs, conta no Trip Advisor, bem como perfis em redes sociais (facebook, instagram, twitter).

Durante o curso foram apresentados casos de sucesso e de boas práticas em ações de promoção e divulgação do Ibram e museus brasileiros, com exemplos dos ministrantes e dos próprios participantes, que dividiram inúmeras experiências com o grupo.

Concluída a abordagem teórica, foi feita a apresentação dos resultados das parcerias (alcance de público e valores deixados de gastar) que o Ibram vem desenvolvendo desde 2010. Nesta etapa foram apresentados os números e o quanto foi possível ampliar as ações de promoção e divulgação dos eventos do Ibram por conta do alinhamento estratégico com produtos e serviços de empresas públicas e privadas. O propósito era mostrar a força das relações estabelecidas nesse processo de construção das parcerias e a importância delas para o alcance dos objetivos de promoção e divulgação, pois a falta de orçamento, essas estratégias de sustentabilidade das ações do Ibram são indispensáveis.

Houve muitas perguntas com relação ao instrumento de celebração das parcerias: como operacionalizá-las? Questionaram se o instrumento seria carta convite, chamamento público ou outro instrumento. Foi explicado que a Coordenação responsável pelas ações de parceria está em processo de construção dessa normatização, e que há questões que acabam passando pelo departamento jurídico e que vão além da nossa competência. De qualquer forma, reforçou-se junto aos participantes que o propósito era apresentar possibilidades, meios e resultados no estabelecimento de parcerias para a sustentabilidade dos museus, e não discutir a fundo a ferramenta utilizada em sua operacionalização.

Foram também apresentados alguns resultados da pesquisa da 12ª Semana Nacional de Museus, para corroborar com o que estava sendo discutido: a importância não apenas das parcerias, mas das ações dos museus e o quanto elas podem promover as instituições.

Na apresentação do Museu de Quilombos e Favelas Urbanas – Muquifu, o coordenador do museu, o Sr. Augusto de Paula, trouxe algumas campanhas publicitárias que são feitas para promover as atividades do museu. Falou da parceria com fotógrafos e agências de publicidades responsáveis por todo o material feito para a instituição.

Mostrou que esta é uma iniciativa desde que a intuição foi criada: primar pela qualidade da comunicação, de sua concepção ao material para promoção e divulgação das ações. A própria logomarca do museu foi concebida por uma agência. Reforçou que a qualificação da comunicação credita ao museu seriedade na sua imagem e nas suas ações. Inclusive, uma das campanhas feitas para o Museu de Quilombos e Favelas Urbanas – Muquifu concorre ao prêmio Abril de melhor campanha publicitária. O museu não tem verba própria e nem funcionários. Tudo é feito através de parcerias e todo o trabalho por voluntários.

A apresentação contribuiu significativamente para o minicurso ao mostrar que a falta de recursos financeiros não pode ser usada como justificativa para ausência de ações de promoção. O objetivo principal de todo o curso foi justamente explicar como é importante conhecer as ferramentas de comunicação, para que elas possam ser usadas dentro das

possibilidades e limitações (inclusive financeiras) das instituições, promovendo os museus e estabelecendo relacionamentos positivos destes com seus públicos.

VISITA TÉCNICA – INCUBADORA PARÁ CRIATIVO

Na manhã do dia 25, o grupo fez uma visita técnica à Incubadora Pará Criativo. A incubadora foi criada a partir de um convênio entre o Governo Federal, por meio da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura e do Governo do Estado do Pará, por intermédio do Instituto de Artes do Pará – IAP e Secretaria Especial de Promoção Social.

Em função do tema do 6º Fórum Nacional de Museus (Museus Criativos) e considerando o campo de atuação da incubadora, a Coordenação de Promoção e Gestão da Imagem Institucional – CPGII, do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, entendeu que a visita seria adequada para apresentar aos participantes algumas práticas desenvolvidas no Pará, que envolvem a cadeia produtiva nos setores da Economia Criativa e a sustentabilidade dos negócios.

O intuito era perceber, na prática, que a economia criativa, do ponto de vista dos museus e do patrimônio cultural brasileiro, trata das contribuições que museus e comunidades podem intercambiar entre si, na consolidação de novas possibilidades de desenvolvimento.

A incubadora recebeu os participantes do minicurso com três apresentações:

- Junior Vieira – Coordenador Geral de Implantação da incubadora: mostrou todo o processo de criação da incubadora. Apresentou os campos de atuação, bem como as parcerias desenvolvidas para subsidiar os negócios;
- Guilherme Repilla – Assessor Cultural: mostrou como são desenvolvidas algumas exposições e trabalhos executados dentro da própria incubadora. Como é a concepção de alguns produtos e a forma como o diálogo com os públicos é desenvolvido;
- Ranilson Pinto: convidado da incubadora para falar sobre comunicação e divulgação de negócios criativos.

A visita foi realizada entre 9h e 11h, e, ao retornar ao espaço do 6º FNM, as atividades do minicurso foram encerradas, consolidando a apresentação dos dois dias com uma avaliação por escrito dos participantes. Os principais resultados estão apresentados no tópico seguinte.

AVALIAÇÃO DOS MINISTRANTES

Márcia e Ricardo:

Constatou-se a satisfação dos participantes com os resultados obtidos no curso.

O que foi bom?

- Envolvimento do grupo;
- Receptividade com o assunto abordado;
- Participação intensa;
- A metodologia variada prendeu atenção do grupo;
- Participantes de outros minicursos ficaram interessados pelo tema e mudaram de sala no período da tarde do dia 24;
- Turma multidisciplinar (área museológica, de turismo, comunicação, administração, etc) – rica troca de experiências;

O que pode ser melhorado?

- Não fazer todos os minicursos ao mesmo tempo, pois eles “competem” entre si pelo público;

O que deve ser melhorado?

- Desenvolver trabalho prático durante o curso;
- Ter um relator durante todo o curso, pois os ministrantes não podem falar e anotar tudo o que se diz, e vários casos e exemplos se perdem.

CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

1. Concertos musicais – exemplo de parceria. Certo museu cede espaço para os ensaios da orquestra e em contrapartida eles ganham apresentações gratuitas no museu para oferecerem ao público.
2. Uma participante do Ceará disse que a Primavera dos Museus podia ganhar edições especiais em determinadas regiões do país cujas características climáticas estão distantes da primavera. E que por isso o evento podia ser personalizado. Poderia haver uma articulação entre Ibram e determinadas regiões para personalização ou ampliação das ações.
3. Lucas Martins falou que no município de Lins há uma agenda única para realização de atividades culturais. Para evitar o choque de eventos no calendário de festas e eventos do município. Falou também sobre o café da tarde, quinzenal e na casa de moradores mais velhos, que criaram para ouvirem histórias e memórias de Lins narradas pelos moradores mais antigos.
4. Edith (Museu Emílio Goeldi) falou da possibilidade de criação de uma Rede de Comunicação em Museus, para torça de experiências.
5. Comentário sobre uma ação que incentiva alunos visitantes a tirarem suas selfies no museu e postarem no facebook, como iniciativa de promover o museu para um público ainda maior.
6. Ricardo, diretor do Museu do Ouro (Ibram) falou da criação do blog do museu e que agora está se tornando algo bem maior pelo número de acessos e pelas informações que os usuários têm procurado no blog, tanto informações do museu quanto turísticas e gastronômicas, etc.
7. Os participantes se viram representados em alguns exemplos de ferramentas de promoção apresentados. Trouxeram seus exemplos e demonstram que já fazem, ainda que de forma intuitiva e não sistematizada dentro da instituição. Entretanto, em certo momento ainda se confunde muito as ações de promoção com as ações de dinamização (culturais e educativas).

8. Foi falado sobre a iniciativa de certo museu que solicitou que em frente à instituição fosse colocado um ponto de bicicletas públicas. Uma forma de fazer o público circular pelo entrono e passar em frente ao museu.
9. Denise, do Museu do Voto (DF), falou da importância da comunicação interna.
10. Mais alguns exemplos de promoção usados nos museus participantes:
 - O Padre, que na missa fala sobre as exposições do museu da cidade;
 - A programação do museu, que é disponibilizada no holerite dos funcionários da prefeitura.



O minicurso intitulado Museus e acessibilidade: uma temática contemporânea integrou a programação do VI Fórum Nacional de Museus. Foi subdividido em 3 (três) períodos, nos dias 24 e 25 de novembro de 2014, conforme disposto a seguir.

Período 01 - Dia 24/11/2014 (período da manhã, das 9h30min às 12h30min)

Na primeira parte da apresentação houve explanação de conteúdo relacionado à temática da acessibilidade e grande interação com os participantes, que se manifestaram procurando esclarecer dúvidas e fornecendo depoimentos acerca de experiências e instituições nas quais trabalham ou já trabalharam.

O objetivo geral do Minicurso Museus e acessibilidade: uma temática contemporânea foi apresentar as várias camadas da palavra acessibilidade dentro de um panorama cultural. Como servidora do IBRAM e com necessidades especiais, Isabel Portella explanou de maneira enfática as grandes dificuldades encontradas por pessoas com algum tipo de deficiência. Abordou especificamente o Museu da República, no qual trabalha, falando da vivência e adaptações ocorridas.

Buscou-se promover uma consciência sobre a acessibilidade, entendendo-a como prover acesso, fornecendo "ao visitante a oportunidade de utilizar instalações e serviços, ver exposições, assistir a conferências, investigar e estudar o acervo e conhecer o pessoal." Nessa perspectiva, não foi pensada somente a acessibilidade física, mas também a acessibilidade econômica, informacional, cultural, etc. A questão sobre as maneiras de fornecer toda uma infraestrutura para receber todos os tipos de visitantes, de diferentes níveis de interesse e com suas particularidades, um tipo de acessibilidade universal.

Apresentaram-se resultados de uma investigação sobre acessibilidade em museus e centros culturais. Buscou-se fornecer uma ampla explanação sobre as diferentes deficiências e algumas possibilidades para estruturar espaços mais preparados. A diversidade de situações encontradas, repletas de barreiras e impedimentos que fazem com que o ambiente cultural seja dotado de poder de mobilização capaz de gerar um afastamento pelo lugar, também mereceu destaque.

Assim, o conteúdo programático da primeira parte do minicurso foi basicamente o seguinte:

- Explicação sobre as diferentes deficiências;
- Apresentação de algumas possibilidades para estruturar um espaço mais preparado com uma infraestrutura para receber todos os tipos de visitantes;
- Apresentação dos símbolos e seus significados;
- Estudos de casos.

Período 02 - Dia 24/11/2014 (período da tarde, das 14h00min às 18h00min)

A segunda parte da apresentação, intitulada Acessibilidade e mobilidade no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus contou com a seguinte estrutura:

1. Considerações Gerais

Inicialmente, definiu-se a acessibilidade de acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, dos quais o Brasil é signatário, compreendendo que esta deve estar presente no meio físico, na informação, na comunicação e prestação de serviços e no transporte.

Mencionou-se que, para além das mudanças legislativas, pois o país possui um extenso e avançado aparato legal nesse sentido, o Estado Brasileiro passou a desenvolver ações que permitem transformar o modelo assistencialista, tradicionalmente limitante, em condições que possibilitem às pessoas com deficiência exercerem a posição de protagonistas de sua emancipação e cidadania, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do país.

Ainda nesta abordagem inicial, tratou-se da vinculação entre os conceitos de mobilidade e acessibilidade, tendo em vista que a mobilidade na cidade permite o deslocamento e a circulação, enquanto a acessibilidade possibilita o pleno alcance dos espaços públicos e privados, seja a pé por meio de veículo, ou qualquer outra forma de transporte. Foram propostos os seguintes questionamentos para uma reflexão inicial:

- Qual a importância do desenvolvimento desses temas (mobilidade e acessibilidade) para os conjuntos urbanos/imóveis de valor histórico e cultural?
- Como compatibilizar a mobilidade e a acessibilidade com a preservação de áreas/imóveis de interesse cultural? (limites e possibilidades).

2. Arranjo Institucional - Governo Federal

- Programas e planos nacionais
- Plano Nacional de Cultura (PNC)

Na sequência da apresentação procurou-se contribuir para que os participantes do minicurso compreendessem como, institucionalmente, o Governo Federal tem se organizado e vem tratando questões relacionadas à acessibilidade e mobilidade.

Nesse sentido, partiu-se da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil. A SDH/PR atua como Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e é composta por 5 (cinco) Secretarias, entre as quais a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD/SDH/PR).

Em relação aos programas e planos nacionais relacionados à temática do minicurso, abordou-se o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH 3; o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite; o Plano Nacional de Cultura PNC); a Política Nacional de Mobilidade Urbana; o Programa Nacional de Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Áreas Tombadas e o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral.

As principais diretrizes e estratégias do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH 3, que se relacionam com a acessibilidade são:

Diretriz 7: Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena.

Objetivo estratégico III: Garantia do acesso à terra e à moradia para a população de baixa renda e grupos sociais vulnerabilizados.

Diretriz 10: Garantia da igualdade na diversidade

Objetivo estratégico IV: Promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência e garantia da acessibilidade igualitária.

Em relação ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, tem-se que foi lançado no dia 17 de novembro de 2011 (Decreto Nº 7.612), com o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo governo em benefício das pessoas com deficiência. É coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em articulação com os outros órgãos do Governo Federal mencionados. Vários órgãos Federais integram o Plano, dentre os quais o Ministério da Cultura.

O Plano tem ações desenvolvidas por 15 Ministérios e a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), que trouxe as contribuições da sociedade civil. O Viver sem Limite envolve todos os entes federados e prevê um investimento total de R\$ 7,6 bilhões até 2014.

São quatro (4) os eixos de atuação do Plano Viver sem Limite:

- I. acesso à educação – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
- II. atenção à saúde
- III. inclusão social
- IV. acessibilidade – Acessibilidade no Programa Minha Casa Minha Vida. Atualmente – estão sendo incluídos museus e demais equipamentos do PNC.

Acerca do Plano Viver sem Limites, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, através da Portaria Interministerial Nº- 3, de 19 de setembro de 2013, criou, no âmbito do Ministério da Cultura, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Acessibilidade para pessoas com deficiência, com a finalidade de construir as bases para uma política de acessibilidade cultural no contexto do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Competências do GTI:

- I - identificar as ações de promoção da acessibilidade já desenvolvidas pelo Ministério da Cultura (MinC) e suas entidades vinculadas, recomendando eventuais aprimoramentos;
- II - propor novas medidas para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, no que concerne aos projetos culturais financiados pelo MinC e suas entidades vinculadas;
- III - articular políticas de acessibilidade e inclusão social com o Grupo Interministerial de Articulação e Monitoramento do Plano Viver sem Limite, instituído pelo Decreto nº 7.612, de 2011, visando à integração das ações de governo.

Atualmente têm acontecido reuniões periódicas para articulação de políticas que envolvem o Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite – a fim de viabilizar as ações que forem definidas como prioritárias.

O Plano Nacional de Cultura – PNC (Lei 12.343, de 2/12/2010) tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Foram estabelecidas 53 metas para a área da cultura a serem atingidas até 2020. Através da página na internet pode ser acompanhada a situação atualizada de cada meta, bem como o que está sendo feito para seu alcance.

Para os museus, merece especial atenção a Meta 29, segundo a qual 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais devem atender os requisitos legais de acessibilidade e desenvolver ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência até 2020.

Pela referida meta, o acesso das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida aos espaços culturais, seus acervos e atividades deve ser viabilizado de duas maneiras: adaptação do espaço físico e oferta de bens e atividades culturais em formatos acessíveis.

Durante o minicurso enfatizou-se que, primeiramente, os parâmetros para atingir a meta 29 do PNC eram os da Lei Federal nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade

reduzida. Atualmente, tais parâmetros estão sendo revisados através do Grupo de Trabalho Interministerial, no qual estão sendo propostos 33 (trinta e três) requisitos para cumprimento.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em 2013, 53% dos museus (CNM), atendiam a requisitos legais de acessibilidade. Não existem informações oficiais sobre a realidade dos teatros, das bibliotecas, dos arquivos, dos centros culturais e dos cinemas, que serão aferidos por meio do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

Após o Plano Nacional de Cultura, falou-se um pouco sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana, instrumento da política de desenvolvimento urbano que objetiva a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território dos Municípios. Concebida respeitando a competência constitucional de cada ente federativo, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a Lei Nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012 institui as diretrizes dessa política. Um dos princípios que fundamentam a Política Nacional de Mobilidade Urbana é justamente a acessibilidade universal.

Para finalizar o tópico acerca dos arranjos institucionais, tratou-se do Programa Nacional de Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Áreas Tombadas, criado e desenvolvido pelo Iphan. De acordo com o Programa, os planos de mobilidade para estas áreas devem contemplar propostas de circulação viária e formas de humanização dos espaços públicos, priorizando a permanência e acessibilidade nestes espaços, partindo do princípio cidadão de espaços multimodais, onde bicicletas, pedestres, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida terão prioridade no ir e vir pela cidade.

As propostas precisam ainda considerar como condicionantes de projeto as relações entre mobilidade, moderação do tráfego e projetos de desenvolvimento local como a promoção turística no centro histórico. Por fim, falou-se do Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral, destinado ao eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida e aprovado pela resolução nº 23.381 de 19 de junho de 2012 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3. Setor Museal - Política Nacional de Museus (PNM)

- Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM)

- Cadastro Nacional de Museus
- Estatuto de Museus e Decreto
- A acessibilidade nos Planos Museológicos
- Programa Nacional de Educação Museal

Pode-se dizer que, desde a criação da Política Nacional de Museus (PNM), em 2003, os investimentos no campo museal tem sido progressivos. Enquanto tema transversal, a acessibilidade perpassa todos os eixos programáticos da PNM, quais sejam: Gestão e configuração do campo museológico; democratização e acesso aos bens culturais; formação e capacitação de recursos humanos; informatização de museus; modernização de infraestruturas museológicas; financiamento e fomento para museus e aquisição e gerenciamento de acervos culturais.

Em relação ao Plano Nacional Setorial de Museus, este integra o Plano Nacional de Cultura e tem por objetivo estabelecer as políticas públicas da área museal por 10(dez) anos, tomando-se como ponto de partida o ano de 2010. Apresenta cinco Eixos Estruturantes com suas respectivas propostas que traduzem a agenda política do setor. As propostas relativas aos nove eixos setoriais de museus refletem as especificidades das lógicas de funcionamento destes em relação a nove temas transversais, dentre os quais o da acessibilidade e o da sustentabilidade ambiental.

Observa-se que, na maioria dos Eixos Estruturantes, aparecem diretrizes, estratégias e ações voltadas para o tema da acessibilidade, apresentando metas quantitativas e temporais. Em todos os Eixos Setoriais se aborda o tema transversal da acessibilidade que, juntamente com a questão da sustentabilidade ambiental, apresentam diretrizes, estratégias e ações com metas quantitativas e temporais.

Durante o Minicurso ressaltou-se que, no VI Fórum Nacional de Museus, os Grupos de Trabalho (GT) tinham por objetivo validar a metodologia de revisão e monitoramento do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), o que acabou acontecendo conforme programado. O Tema da acessibilidade conta, no PNSM, com duas diretrizes e quatro indicadores.

Algumas observações no que se refere aos produtos, impactos, indicadores, fórmulas e fontes foram feitas durante os trabalhos do GT A, e os resultados aprovados e consolidados em plenária. Uma discussão relevante que aconteceu durante o Minicurso e também na condução das discussões no Grupo de Trabalho de revisão do PNSM foi a respeito da definição dos requisitos que devem ser considerados como “básicos” para o cumprimento das metas e consideração nas estatísticas de “museus acessíveis”. Chegou-se a conclusão que, num momento inicial, devem ser considerados os requisitos presentes na Pesquisa Anual de Museus (PAM), que subsidia as informações disponibilizadas no Cadastro Nacional de Museus (CNM). Em um segundo momento, quando os requisitos para cumprimento da meta 29 do PNC forem consolidados pelo Grupo de Trabalho Interministerial do Minc, deverão ser considerados para o monitoramento do PNSM.

Na sequência da abordagem, falou-se justamente sobre a Pesquisa Anual de Museus e o Cadastro Nacional de Museus. Os itens relativos à acessibilidade presentes na pesquisa foram expostos, possibilitando aos participantes a clara noção das informações que poderão ser aferidas assim que a atual PAM for consolidada, e subsidiando a possibilidade futura de sugestão de inclusão de novos itens considerados relevantes, numa próxima pesquisa.

Informou-se que, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Museus: Ibram/ MinC até setembro de 2012, há 3.234 museus mapeados e 1.666 museus cadastrados no Brasil. Destes, 16% foram construídos originalmente para a função museológica e 84% são museus que funcionam em imóveis adaptados, muitas vezes em prédios históricos, tombados, e originalmente construídos para outras funções. Isso demonstra o tamanho do desafio em se tratar a questão da acessibilidade nos museus. Os dados foram exemplificados com imagens de museus nos dois contextos.

O Estatuto de Museus (Lei Federal Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009), determina:

Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”.

O Decreto Presidencial Nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta a Lei 11.904/2009 e a Lei 11.906/2009, de criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), define:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º Compete ao IBRAM:

(...)

V - elaborar, divulgar e manter atualizado material com recomendações técnicas relacionadas a:

(...)

f) acessibilidade nos museus; e

g) elaboração do plano museológico.

Art. 4º Compete aos museus, públicos e privados:

(...)

V - garantir a acessibilidade universal.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS MUSEUS

Art.23. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico, instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua missão e função específica na sociedade, e que poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

(...)

IV - os programas, agrupados, desmembrados ou ampliados segundo as especificidades do museu a serem desenvolvidos de acordo com o seguinte conteúdo mínimo:

a) institucional - abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes.

- b) de gestão de pessoas - abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados, prestadores de serviço e demais colaboradores do museu, o diagnóstico da situação funcional existente e necessidades de readequação;
- c) de acervos - abrange o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica;
- d) de exposições - abrange a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição do museu, intra ou extramuros, de longa ou curta duração;
- e) educativo e cultural - abrange os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições;
- f) de pesquisa - abrange o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucionais e projetos voltados para estudos de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional e outros;
- g) arquitetônico-urbanístico - abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, das áreas em torno da instituição, com a descrição dos espaços e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência;
- h) de segurança - abrange os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo,

incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência;

i) de financiamento e fomento - abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos;

j) de comunicação - abrange ações de divulgação de projetos e atividades da instituição, e de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional; e

k) sócio-ambiental - abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental.

Parágrafo único. Além das regras previstas nos § 1º ao § 3º do art. 46 e art. 47 da Lei no 11.904, de 2009, os projetos e ações relativas à acessibilidade universal nos museus deverão ser explicitados em todos os programas integrantes do inciso IV do caput ou em programa específico resultado de agrupamento ou desmembramento.

Reforçou-se a importância dos próprios museus elaborarem seus planos museológicos, recomendando-se planos que dialoguem com a realidade das instituições, mesmo que não abordem todos os programas sugeridos. Ou seja, é melhor ter planos mais sucintos e condizentes com os museus, que documentos produzidos por pessoas/empresas que não vivenciam o dia a dia da instituição e que são elaborados apenas para cumprir com uma exigência legal. O Plano Museológico é um instrumento de planejamento, multidisciplinar, onde os programas abordados devem se inter-relacionar. Deve ser apropriado pelas instituições como uma ferramenta a ser utilizada a seu favor.

Ao discorrer sobre o Programa Nacional de Educação Museal (PNEM) durante o Minicurso, ressaltou-se que este tem sido construído de forma democrática e participativa. Após o V Fórum Nacional de Museus, em 2012, através de um blog, receberam-se proposições que, na sequência, foram sistematizadas pelos coordenadores de 10 (dez)

Grupos de Trabalho (GT's). Realizam-se encontros regionais para discussões/complementações das proposições, e o VI Fórum Nacional de Museus foi justamente o momento para aprimoramento das Diretrizes e definição da metodologia para consolidação do Documento Final.

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade, no PNEM, conta com 4 (quatro) Diretrizes, várias estratégias e ações, que também foram abordadas durante o Minicurso, com o objetivo de fornecer um panorama geral e estimular o interesse e a participação dos inscritos no processo de elaboração do Programa.

- 4. Ibram**
- Editais, diagnósticos, publicações
 - Exigências nas contratações de projetos e obras

Neste ponto da apresentação discorreu-se sobre os Editais de fomento e financiamento do Ibram, especificamente no que se refere às possibilidades e obtenção de recursos para investir em ações/itens/projetos relacionados à acessibilidade.

Foram apresentados os detalhes sobre cada Edital, bem como os limites dos recursos a serem pleiteados.

Explicou-se que em praticamente todos os Editais existe a possibilidade de pleitear recursos para ações de acessibilidade.

Seguem as principais informações transmitidas:

PRÊMIO DE MODERNIZAÇÃO DE MUSEUS – MICROPROJETOS (inscrição via Salicweb até o dia 3 de fevereiro de 2015).

Serão distribuídos 20 prêmios de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Entre as ações:

Adequação física de espaços para pessoas com deficiência

PRÊMIO PONTOS DE MEMÓRIA (inscrição via SalicWeb até o dia 3 de fevereiro de 2015).

Serão distribuídos 47 (quarenta e sete) prêmios, totalizando R\$1.480.000,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta mil reais).

Categoria 1 - Ponto de Memória no Brasil: 44 prêmios de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), cada.

Categoria 2 – Ponto de Memória no Exterior: 03 prêmios de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), cada.

Entre as ações:

Ampliação de acesso, educação e formação de público.

EDITAL MAIS MUSEUS

Seleciona projetos para implantação de museus em cidades que não possuam instituição museológica estruturada.

2013 - aporte de R\$ R\$ 2.010.000,00 (dois milhões e dez mil reais).

O valor solicitado para repasse deve estar entre R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

São apoiados com recursos financeiros projetos que forem selecionados e que se destinem à implantação de unidades museológicas, compreendendo:

- Serviços para adaptação de espaços físicos de imóvel;
- Elaboração e implementação de projetos para execução de obras e serviços;
- Elaboração e implementação de planos museológicos ou projetos museográficos;
- Serviços de instalação e montagem de exposições;
- Serviços para manutenção e conservação de bens imóveis; e
- Elaboração de projetos para execução de obras e contratação de serviços

EDITAL MODERNIZAÇÃO DE MUSEUS

Avalia e seleciona projetos para modernização de instituições museológicas, com a finalidade de formar um banco de projetos para apoio financeiro.

2013 - aporte de R\$ 3.890.000,00 (três milhões, oitocentos e noventa mil reais).

Valor solicitado para repasse deve estar entre R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Projetos devem se destinar a ações em unidades museológicas, compreendendo, entre outros:

- Ações e estudos estratégicos para modernização da Instituição;
- Ampliação do acesso, educação e formação de público;
- Capacitação de funcionários/servidores;
- Serviços para adaptação, reaparelhamento e modernização de museus;
- Serviços para adaptação de espaços e serviços para acessibilidade; e
- Serviços para ações de difusão, divulgação e promoção institucional.

Na sequência dos Editais, ainda no tópico que se refere às ações do Ibram em relação à acessibilidade, mencionou-se que, entre 2009/2010 elaboraram-se diagnósticos sobre acessibilidade compreendendo todos os museus do Estado do Rio de Janeiro, que representam quase 50% dos museus do IBRAM. A pesquisa consistiu numa parceria entre o Instituto Brasileiro de Museus e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com apoio financeiro da FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). O objetivo dos diagnósticos foi subsidiar a elaboração de projetos para a adaptação dos museus, tornando-os acessíveis.

Além dos diagnósticos, esclareceu-se que a equipe técnica da CEMAE (Coordenação de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia), durante a realização de visitas técnicas aos museus, elabora Notas Técnicas, incluindo a acessibilidade, no intuito de elaborar Projetos Básicos e Termos de Referência para a contratação de projetos e obras.

No mais, o Instituto Brasileiro de Museus lançou o Caderno Acessibilidade a Museus em 2012. A publicação faz parte de uma coleção de 7 (sete) cadernos museológicos.

Trata-se de uma obra de autoria elaborada pelo Núcleo Pró-Acesso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que tem por objetivo fornecer subsídios para a adaptação dos espaços dos museus brasileiros de forma a torná-los acessíveis a todos e, em especial, atender às necessidades das pessoas com deficiência. Para que isto

aconteça, os profissionais de planejamento e projeto e as demais pessoas responsáveis por esses locais e pelas exposições e obras museográficas, são orientados, ressaltando a importância da acessibilidade física, informacional e sensível no processo de democratização do acesso de todos à cultura.

Durante o minicurso, também chamou-se especial atenção para o Caderno Técnico Iphan Nº 9, lançado em 2014, intitulado Acessibilidade e Mobilidade Urbana em Centros Históricos. O objetivo da publicação é apresentar conceitos, princípios e diretrizes gerais sobre mobilidade e acessibilidade em centros históricos e uma metodologia de elaboração de Planos de Mobilidade e Acessibilidade. Pretende mobilizar os gestores para o desafio de tornar nossas cidades mais acessíveis, aprazíveis e apropriadas por todos: moradores e turistas.

Exemplares, tanto dos Cadernos Acessibilidade a Museus quanto dos Cadernos Técnicos Iphan Nº 9 foram distribuídos para cada um dos representantes das instituições presentes no minicurso.

Para finalizar a abordagem acerca das ações do Ibram foram mostrados exemplos de Projetos Básicos que têm sido elaborados pelo Instituto para a contratação de projetos e/ou obras, todos incluindo exigências de adaptações dos espaços em prol da acessibilidade. Mostrou-se um quadro resumo dos investimentos do Ibram em seus museus em 2013/2014, que totalizam R\$ 59.495.747,00 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e sete reais). Em praticamente todas as ações há a inclusão de projetos e/ou obras de acessibilidade.

5. Desafios

O último tópico da apresentação no minicurso focou nos desafios presentes quando se trata de dotar espaços de acessibilidade e mobilidade. Focou-se na ampliação do conceito de acessibilidade e no extenso aparato legal e normativo.

Concluiu-se que o Brasil desenvolveu, ao longo dos anos, instrumentos legais para garantir acessibilidade e inserção do desenho universal nos projetos de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como na execução de qualquer tipo de obra e prestação de serviços no nosso país.

No entanto, viver o espaço museal da forma mais completa possível, para que as ações acompanhem tal normativa, implica em compromissos também, quais sejam:

- Conhecer de Leis e Normas;
- Participar da elaboração dos planos de mobilidade urbana e conhecer o plano em vigor para o município;
- Participar do processo de elaboração e conhecer dos planos museológicos vigentes;
- Acompanhar planos, programas e projetos do setor público.

Tudo isso deve ser considerado para atender, cada vez mais, a um maior número de pessoas com conforto, segurança e autonomia, no intuito de crescer de forma inclusiva e sustentável, para ter diminuídas as desigualdades sociais e garantida a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Período 03 - Dia 25/11/2014 (período da manhã, das 9h30min às 12h00min)

No terceiro e último período do minicurso realizou-se visita técnica ao Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil. A visita foi acompanhada pela arquiteta da Coordenação de Museologia do museu, Martha Carvalho. O percurso focou basicamente em dois espaços: o prédio principal, denominado “rocinha” e o aquário, ainda em fase de conclusão das obras. Considerou-se também como foco de observação acesso à instituição e o caminho entre os dois prédios.

Observou-se que o Museu Paraense Emílio Goeldi tem desenvolvido ações contínuas no intuito de tornar os seus espaços cada vez mais acessíveis. Há um planejamento para adaptações e fornecimento de recursos para que cada vez mais visitantes possam usufruir dos espaços e atividades.

Seguem os principais aspectos favoráveis e algumas sugestões de melhorias, em relação à acessibilidade, observados no percurso feito durante a visita:

Pontos favoráveis:

- Já no prédio principal, um acesso lateral com rampa e plataforma elevatória possibilita o deslocamento de pessoas com necessidades especiais;

- Há acervo tátil disponível;
- Há descrição em braile da exposição VISÕES – arte rupestre em Monte Alegre;
- Foram reproduzidas pinturas rupestres em aquarelas, em alto relevo, possibilitando manuseá-las;
- Foi reproduzida Gravura rupestre na rocha para manuseio;
- Há vídeos explicativos das exposições em libras;
- No aquário, que está previsto para inaugurar em breve, além da acessibilidade física do prédio em si, estão sendo elaborados elementos de mediação tátil, como réplicas de peixes que reproduzem as formas, volumes e texturas, bem como recursos sonoros, piso tátil e textos em Braille.

Pontos que necessitam ser melhorados:

- As rampas no acesso e ao longo do percurso apresentam inclinação mais acentuada que o recomendado pela Norma Técnica correspondente (ABNT-NBR 9050/2004), necessitando de adaptações;
- Os percursos em terra batida e estreitos dificultam a locomoção de pessoas em cadeiras de rodas. Sugeriu-se a definição de rotas a serem adaptadas com decks elevados em taboados de madeira sem espaçamentos entre as peças;
- As calçadas pavimentadas em pedra portuguesa dificultam a locomoção em cadeiras de rodas. Recomendou-se a substituição do referido pavimento.

Percebe-se que a administração do museu possui um projeto geral de acessibilidade, tanto para os espaços construídos quanto para todo o parque, que está sendo executado paulatinamente e conforme a disponibilidade de recursos. Outro importante aspecto a ser destacado é a capacitação dos funcionários e prestadores de serviços do museu em relação ao tratamento dado aos visitantes, com ou sem necessidades especiais, a chamada acessibilidade atitudinal.

Observou-se uma equipe solícita e preparada, com boa vontade para possibilitar independência de movimentos e fruição durante a visita ao museu. Sem dúvidas, a visita ao Museu Paraense Emílio Goeldi contribuiu para as atividades do Minicurso Museus e acessibilidade: uma temática contemporânea, e percebe-se um comprometimento da equipe em prol da acessibilidade.

Ao final da visita técnica aplicou-se questionário de avaliação do minicurso. Considerando-se os apontamentos dos participantes, tem-se que as principais sugestões de melhoria para o desenvolvimento do minicurso foram:

- Realização de atividades de sensibilização (em relação a esse aspecto, as ministrantes do minicurso informaram que havia a previsão de realização de atividade de sensibilização, que acabou não ocorrendo devido à limitação de tempo);
- Realização de atividades práticas;
- Equalizar graficamente os slides de acordo com o tema do minicurso;
- Intérprete de libras em tempo integral na sala e passeios;
- Demonstração de produtos acessíveis pelas empresas;
- Estender o minicurso por mais tempo;
- Incluir mais visitas técnicas;
- Aprofundar a abordagem sobre os vários tipos de necessidades;
- Formação de rede de acessibilidade;
- Estimular maior participação de representantes de órgãos públicos;
- Incluir internet nas apresentações para utilização de vídeos explicativos;
- Incluir ministrantes com vários tipos de deficiências;
- Espaço para apresentação de trabalhos acadêmicos sobre a temática da acessibilidade

Sugestões de temas de minicursos para o próximo FNM:

- Gestão de equipamentos culturais
- Manter o curso de acessibilidade em museus
- Curadorias acessíveis
- Acessibilidade atitudinal
- Acessibilidade infantil
- Elaboração de projetos de acessibilidade
- Audioguia e audiodescrição para museus
- Conflitos prédio histórico x museu x adaptações para acessibilidade
- Cultura indígena
- Sustentabilidade e educação ambiental nos museus

- A atuação dos museólogos nos museus
- O museólogo e a mediação
- Exposições interativas no campo da arte
- O guia de turismo nos museus
- Conservação de acervos
- Musealização de áreas urbanas



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. 2003. Constituição da República Federativa do Brasil -1988. 31 ed., Editora Saraiva: São Paulo, Brasil.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001.

BRASIL. Estatuto de Museus. Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

CARDOSO, Eduardo. e CUTY, Jeniffer. (ORG) Acessibilidade em Ambientes Culturais. ED. Marca Visual. Porto Alegre, 2012.

COHEN, Regina, DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira, BRASILIRO, Alice de Barros Horizonte. Acessibilidade e Patrimônio: uma difícil relação. In CARDOSO, Eduardo. e CUTY, Jeniffer. (ORG) Acessibilidade em Ambientes Culturais. ED. Marca Visual. Porto Alegre, 2012.

DINIZ, Débora. BARBOSA, Livia. SANTOS, Wederson. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça in DINIZ, Debora. SANTOS, Wederson.(ORGS) Deficiência e Discriminação. Brasília; EdUnB, 2010.

DORNELES, Patrícia. Identidades Inventivas – Territorialidades na Rede Cultura Viva da Região Sul – Programa Cultura Viva - Ministério da Cultura. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia. UFRGS, 2011.

FEIJÓ, Martin Cezar. O que é Política Cultural. Coleção Primeiros Passos. Brasiliense. São Paulo, 1983.

LIMA, Francisco Pedroso de. A Evolução de Conceitos Entre as Declarações de Santiago e de Caracas. Cadernos de Museologia Nº 1, 1993.

Nada sobre Nós sem Nós – Oficina Nacional de Políticas Culturais para pessoas com deficiência. Secretaria de Identidade e Diversidade – SID e Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, 1948.

MARTINS, Maria Helena Pires. Somos Todos Diferentes!: Convivendo com a diversidade do mundo. São Paulo. Moderna, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Sobre Museus. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/>. Acesso em: 10 de julho de 2012.

CHAGAS, Mário de Souza e NASCIMENTO JUNIOR, José do (organizadores). Subsídios para a criação de Museus Municipais. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009.

GRUMAN, Marcelo. Estado Moderno, Políticas Públicas e Democracia Cultural: o caso brasileiro in RENNÓ, Lucio. (ORG) Coletânea de Políticas Públicas de Cultura: práticas e reflexões. Brasília. Universidade católica de Brasília. 2011.

ICOM. Código de Ética para Museus. Disponível em: http://www.icom.org.br/codigo_etica_port.pdf

SITES CONSULTADOS:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4838>

<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia>

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/>

<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>

<http://pnc.culturadigital.br/>

<http://www.cidades.gov.br/index.php/politica-nacional-de-mobilidade-urbana>

<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/pnsm2.pdf>

<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm

http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf

<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4838>

MINICURSO V - Documentação museológica: Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados

Ministrado por Amanda Oliveira, museóloga da Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal – CGSIM e Luciana Palmeira, museóloga do Departamento de Processos Museais – DPMUS, o minicurso Documentação museológica: Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados se deu no âmbito do 6º Fórum Nacional de

Museus (FNM), realizado no Hangar - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, na cidade de Belém (PA), entre os dias 24 e 28 de novembro de 2014, com o tema Museus Criativos, em parceria com a Secretaria de Economia Criativa (SEC) do Ministério da Cultura.

O minicurso teve carga horária de 10 (dez) horas e foram apresentadas aos participantes informações referentes à documentação museológica: teoria, histórico e atualidade; as etapas para a implementação do Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados – INBCM; gestão de coleções: instrumentos técnicos e sistema informatizado. Também, foi um espaço de discussão da importância da documentação nos museus, expondo as recentes resoluções normativas sobre o tema para o campo museológico e apresentou o do protótipo do sistema que está sendo elaborado pelo Ibram para a catalogação e gestão de acervos museológicos.

O primeiro período, no dia 24/11/2014 no turno matutino foi dedicado ao acolhimento dos participantes e introdução à documentação museológica: histórico da documentação no Brasil, apresentação dos padrões, normas e protocolos internacionais aplicados à documentação museológica e gestão de acervo: procedimentos técnicos da ação documental, abordando a importância da documentação em museus.

O segundo período, ainda no dia 24, à tarde foi destinado para conceituação do INBCM - Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados por meio das Resoluções Normativas sobre o Inventário Nacional, detalhando os elementos de descrição.

No terceiro período realizado no dia 25/11/2014 pela manhã no Laboratório de Informática da Universidade Federal do Pará ocorreu a apresentação do protótipo do Sistema de Catalogação e Gestão do Patrimônio Museológico que está sendo desenvolvido pelo Ibram, cujo foco foi o cadastro dos bens museológicos.

A dinâmica do curso fez uso de mecanismos de sensibilização, palestra e diálogos temáticos com vistas à interação e troca de ideias e experiências entre os participantes e os ministrantes. Por conta disso, os procedimentos didáticos pautaram-se na utilização de recursos audiovisuais; uso de material bibliográfico de apoio; aula expositiva; e aula prática.

Ao final do minicurso os participantes avaliaram o minicurso por meio de um questionário aferindo objetivamente o conteúdo, recursos didáticos, infraestrutura, docentes e uma etapa subjetiva dedicada a abordagem das expectativas, críticas, sugestões para o próximo Fórum Nacional de Museus.

Com base no resultado das avaliações e do ponto de vista institucional, o minicurso foi produtivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Declaração dos princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC / Comitê Internacional de Documentação (CIDOC). Conselho Internacional de Museus (ICOM); tradução Roteiro Editoração e Documentação; revisão técnica Marilúcia Bottalo. – São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

MENSCH, Peter van. A structured approach to museology. In: Object Museum, Museology na

eternal triangle, Reinwardt Cahier. Leiden Reinwardt Academy, 1987

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: FÓRUM NORDESTINO DE MUSEU, 4., Recife. Trabalhos apresentados. Recife: IBPC/Fundação Joaquim Nabuco, 1991.

FERREZ, Helena Dodd. BIANCHINI, Maria Helena S. Thesaurus para acervos museológicos. Rio de Janeiro: MinC/ SPHAN/Fundação Pró-memória/MHN, 1987. 2v.

Spectrum 4.0: o padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido / Collections Trust. São Paulo: Secretaria de Estado de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. (Gestão e documentação de acervos: textos de referência; v2).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTENCOURT, José Neves, Pimentel, Thais Velloso Cougo Ferrón, Luciana Maria Abdala. **A teoria, na prática, funciona. Gestão de acervos no Museu Histórico Abílio Barreto.** In: Revista CPC. São Paulo, n.3, p. 91-109, nov. 2006/abr.2007.

BRASIL. **Estatuto de Museus.** Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu: Aquisição – Documentação.** Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação museológica: teoria para uma boa prática.** Cadernos de ensaios: estudos de museologia. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, p.65-74.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, M. Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos.** 2 vol. Rio de Janeiro: MinC /SPHAN - Pró-Memória, 1987.

CÂNDIDO, Maria Inez. **Documentação Museológica.** In: Caderno de Diretrizes Museológicas. 2ª edição. Brasília: Minc/IPHAN/DEMU; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

MAST. **Política de Aquisição e Descarte de Acervos.** Rio de Janeiro: MAST/MCT, 2011. Disponível em: [http://www.mast.br/pdf/politica de aquisicao e descarte.pdf](http://www.mast.br/pdf/politica%20de%20aquisicao%20e%20descarte.pdf)

MAST. **Documentação em Museus/ Museu de Astronomia e Ciências Afins - Organização de:** Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia N. M. Loureiro, - Rio de Janeiro: MAST, 2008. 230 p. (MAST Colloquia; 10).

NASCIMENTO, Rosana. **O Objeto Museal, sua historicidade: implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do Museu.** Cadernos de Sociomuseologia n. 11, ULHT- Lisboa/Portugal, 1998

OLIVEIRA, Ana Karina Rocha de. **Museologia e Ciência da Informação: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de roupas brancas.** Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações e Artes/USP. São Paulo, 2009.

MINICURSO VI – Estudo de Público – conceitos e aplicações

O Minicurso “Estudo de Público: conceitos e aplicação” alcançou todos os objetivos propostos. Almejávamos, como premissa norteadora, desconstruir com o público presente algumas concepções equivocadas acerca dos estudos desenvolvidos no âmbito dos museus, como por exemplo, que realizar uma boa pesquisa só é possível com pesquisadores e pessoas altamente capacitadas para desenvolvê-la, ou que o estudo de público em museus é uma atividade pontual, ou, ainda, que a execução da contagem de público não é um estudo de público. Para tal, foi desenhado um curso dividido basicamente em cinco etapas: (i) explicação do marco teórico que envolve os estudos de

público na área da museologia; (ii) apresentação de iniciativas e experiências nacionais e internacionais em Estudos de Público; (iii) exposição de métodos e técnicas utilizadas em estudos de públicos em museus; (iv) apresentação dos estudos de público desenvolvidos pelo Ibram, com uma especial atenção concedida ao projeto Museus & Público; (v) aplicação do conteúdo ministrado.

No 1º Período (24.11 – manhã), iniciou-se o curso com a problematização acerca da necessidade de se pensar em “Estudos de Público” e não “Estudo de Público”, em vista das divergências no campo científico e extracientífico acerca do uso de variados métodos, técnicas, estratégias de estudos e caminhos para atingir os objetivos que devem nortear a demanda por um estudo de público (EP). A ideia aqui foi de ressaltar aos participantes do curso que o agente responsável pelo desenvolvimento do EP deve se conscientizar que uma pesquisa pode ser feita com qualidade – e obter resultados válidos – mesmo quando não dirigida por dogmas, regras e valores consolidados pelo saber acadêmico. Nesse sentido, buscou-se empoderar os participantes – compreendidos como agentes e não sujeitos à lógica da eterna “necessidade de serem capacitados e treinados” – ali presentes para engajarem-se no realizar pesquisa, diferente do reproduzir pesquisa. Deduzimos essa postura necessária em vista de atingir uma audiência desejada: funcionários, proprietários e diretores de museus de pequeno porte e de municípios do interior. Afinal, quanto à realização de estudos de público nos espaços museológicos que ocupam, são eles, no mais alto grau de responsabilização, os protagonistas no planejamento e execução de EPs.

Em seguida, discorreu-se sobre os diferentes conceitos de público: público geral, público alvo, público potencial, não público, audiência, usuários, visitantes, frequentadores. Foi citada a participação da Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal (CGSIM) para o desenvolvimento da Norma ISO sobre estatísticas museais, momento em que os participantes mostraram grande interesse quanto à possibilidade de contribuírem com a definição de critérios de contagem de visitação aos museus. Várias inquietações e dúvidas foram manifestadas em relação à contagem de público e a circunstância que enseja o visitante a ser contabilizado. A partir das orientações disponibilizadas pelo material “*Visitor Research Made Easy*”, publicação oficial do Governo do Estado de Victoria (Austrália), repassou-se três fatores imprescindíveis a serem levados em consideração na contagem: (i) todos os visitantes devem passar pela mesma entrada (ou

por um número limitado que podem ser monitoradas), (ii) deve haver alguém responsável pelo monitoramento da chegada de visitantes; (iii) não deve haver período com um fluxo tão alto de visitação que não possa ser monitorado.

Foi abordado em sequência as tipologias específicas para EPs e as bases legais para aplicação de EPs em museus (Lei nº 11.904, Lei nº 11.906 e o Decreto 8.123/2014).

No 2º Período (24.11 – tarde), foram apresentados os métodos e técnicas utilizadas em EPs em museus. As grandes divergências entre as abordagens quantitativas e qualitativas foram repassadas, com uma atenção especial dada às limitações e ao próprio teor do método qualitativo que já parte do pressuposto que todo conhecimento é fruto de uma construção e interpretação. Na linha de encorajar os participantes, ao invés de limitá-los e encabrestá-los, colocando maiores entraves e exigências para atividade de pesquisa, ressaltou-se a necessidade de ter menos apego religioso aos métodos de pesquisa e dar mais atenção à criatividade no destrichamento da metodologia, como: uso de técnicas diferenciadas e inovadoras, observação e atenção a fenômenos e padrões sociais nos museus como um estilo de vida, não separação entre as atividades cotidianas no museu e o “olhar investigativo”, atenção e sensibilidade para com o ambiente social ao seu redor etc. Nessa linha, foram usados vários exemplos de pesquisas na área da sociologia e antropologia que transmitissem aos participantes esses cuidados e características que precisam aprender e apreender.

Várias técnicas foram exploradas individualmente com exemplificações de museus que já as utilizaram em seus EPs, a saber: entrevistas (estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas), grupos de discussão, grupos focais, observação etnográfica, observação comportamental e social e, por último, questionários. Na sessão sobre questionários, foi compartilhado e analisado com os participantes os questionários de público das seguintes instituições: (i) Observatório de Museus e Centro Culturais (2003); (ii) Museus da Escócia; (iii) Departamento de Museus da Malásia; (iv) Laboratório Permanente de Público de Museus da Espanha (2008); (v) Conselho Nacional para Cultura e as Artes do México (2010).

Encerrou-se o conteúdo do dia passando algumas informações sobre a contagem de público – incluindo as várias técnicas usadas para contar público – e como ela, como

ferramenta rica de levantamento de dados, pode ser usada como EP ao permitir a coleta concomitante de outras variáveis.

O 3º Período (25.11 – manhã) foi dedicado à apresentação dos estudos de público desenvolvidos pelo Ibram, como a Pesquisa Anual de Museus, Exposições no Brasil, Público em Números, Primavera dos Museus, Semana Nacional de Museus e Estudo de Não-Público. Uma atenção diferenciada foi dada ao projeto Museus e Público. Para divulgá-lo, foram apresentados:

- (i) os 4 folders da campanha (1. Por que contar público, 2. O que diz a legislação sobre a contagem de público, 3. Como contar o público, 4. Como informar o Ibram sobre a contagem de público);
- (ii) o vídeo sobre contagem de público (localizado no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=hKn1KXvpHvQ&feature=youtu.be>);
- (iii) a norma regulamentadora que estabelece o Formulário de Visitação Anual como instrumento de coleta de dados do quantitativo de visitas anuais de cada museu (Resolução Normativa nº 3, de 19 de novembro de 2014);
- (iv) a ferramenta para coletar os dados de visitação anual, localizada na Plataforma de Enquetes do Ibram.

Foi mostrado aos participantes, passo a passo, como acessar o formulário eletrônico e as perguntas que nele estariam incluídas, de modo que externaram seu contentamento com a ferramenta e contribuíram com sugestões para aperfeiçoar e facilitar o seu uso.

Infelizmente a carga horária acabou não sendo suficiente, pois não foi possível encerrar com a realização da oficina. Alguns participantes manifestaram interesse em elaborar uma proposta de estudo de público em museus, motivo que levou a equipe a elaborar um grupo de email no Google para incitar a continuidade do diálogo e o compartilhamento de experiências e conhecimento.

Em geral, sentimos que o curso foi muito mais interessante e proveitoso para alunos de cursos de graduação na área da museologia e para diretores ou funcionários de museus de pequeno e médio porte. Acreditamos que as premissas norteadoras foram repassadas durante o curso e, de modo geral, o tema contribuiu para capacitar e, sobretudo, a incentivar profissionais de museus a engajarem-se com maior entusiasmo e proatividade em EPs.

Por fim, deixamos como modesta sugestão a possibilidade de iniciar as atividades dos minicursos no período vespertino do primeiro dia de Fórum. Mesmo considerando a exceção que criaram para o horário no primeiro dia – com o início das atividades às 9hrs –, os cursos acabam não iniciando nesse horário em função da baixa quantidade de pessoas presentes, comprometendo a carga horária proposta de 10 horas. Nos termos dessa proposta, o segundo dia de fórum seria preenchido com atividades dos minicursos (turnos matutino e vespertino).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Estatuto de Museus**. Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

BRASIL. **Lei de Criação do Ibram**. Lei Federal nº 11.906, de 14 de janeiro de 2009.

BRASIL. **Decreto de Regulamentação do Estatuto de Museus**. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

9 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Adriana Mortara. **O contexto do visitante na experiência museal: semelhanças e diferenças entre museus de ciência e de arte**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 2005. v. 12 (suplemento), p. 31-53. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000400003.

_____, Adriana Mortara. **Os visitantes do Museu Paulista: um estudo comparativo com os visitantes da Pinacoteca do Estado e do Museu de Zoologia**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, 2004. n.12. p. 269-306. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/273/27301220.pdf>.

BritainThinks. **Public perceptions of – and attitudes to – the purposes of museums in society.** A report prepared by BritainThinks for Museums Association. March 2013. Disponível em: <http://www.museumsassociation.org/download?id=954916>.

DABUL, Lígia. **Museus de grandes novidades:** centros culturais e seu público. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, v. 14, n. 29, June 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832008000100011&lng=en&nrm=iso. access on 23 Sept. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832008000100011>.

HOOD, Marilyn G.. **Significant Issues in Museum Audience Research.** Columbus, Ohio: Hood Associates.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. **Los museos y sus visitantes.** Gijon: Ediciones Trea, 1998. (Biblioteconomía y administración cultural, 17)

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. **Bárbaros, escravos e civilizados: o público dos museus no Brasil.** In: Revista do Patrimônio, 31 – Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. Brasília: IPHAN, 2005.

_____, Luciana Sepúlveda; PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Museus e seus arquivos:** em busca de fontes para estudar os públicos. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000300014&lng=en&nrm=iso. access on 24 Sept. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702010000300014>.

_____, Luciana Sepúlveda. **Público, o X da questão?** A construção de uma agenda de pesquisa sobre os estudos de público no Brasil. Museologia & Interdisciplinaridade. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Vol.1, nº1, jan/jul de 2012.

SANTOS, Eloísa Pérez. **Estúdios de visitantes em museos.** Metodología y aplicaciones. Gijón, Asturias: Ediciones Trea, 2000.

_____, Eloísa Pérez. **El Público y el Museo.** Antecedentes y estado de la cuestión. Mus-A: Revista de los museos de Andalucía. Año 2008, Número 10, p.20-30. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/ejemplar?codigo=204173>.

SILVA, Cristina Maria de Sousa e. **Pesquisa de público em museus e instituições abertas à visitaçãõ:** fundamentos e metodologias. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989. (Dissertação de mestrado)

Consolidação das listas de frequência e fichas de avaliação

MINICURSO I - Decreto 8.124/13: Plano Museológico instrumento de gestão dos museus

Iº período: 53 participantes

IIº período: 55 participantes

IIIº período: 38 participantes

Média: 48,6

| Avaliação | Ruim | Bom | Muito Bom | Ótimo |
|-----------|------|-----|-----------|-------|
|-----------|------|-----|-----------|-------|

| | | | | |
|--|---|---|---|----|
| Adequação da quantidade de participantes. | 0 | 8 | 6 | 11 |
| Adequação da estrutura física e os recursos utilizados para o desenvolvimento das atividades. | 0 | 4 | 6 | 15 |
| Grau de contribuição do minicurso para a formação e/ou o desempenho dos profissionais de museus. | 0 | 3 | 7 | 15 |
| Avaliação geral do minicurso. | 0 | 3 | 8 | 14 |

Observações extraídas da ficha:

- Focar no objetivo central;
- Diminuir os debates;
- Maior tempo e não ser paralelo;
- Não realizar minicursos nos mesmos horários;
- Exemplo prático de planos;
- Focar nas especificidades dos museus quanto a tipologia;
- Realizar o curso mais vezes;
- Aumentar os recursos humanos;

Sugestões de temas para minicursos:

- Gestão de museus;
- Restauração de acervos;
- Legislação de museus;
- Patrimônio e comunidade;
- Ações educativas em museus;
- Formação na área;
- Catalogação/preservação;
- História dos museus;
- Limpeza de acervos.

MINICURSO II - Elaboração de Projetos e Fomento para a Área Museológica

Iº período: 46 participantes
 IIº período: 54 participantes
 IIIº período: 60 participantes
Média: 53,33

| Avaliação | Ruim | Bom | Muito Bom | Ótimo |
|--|------|-----|-----------|-------|
| Adequação da quantidade de participantes. | 0 | 4 | 23 | 28 |
| Adequação da estrutura física e os recursos utilizados para o desenvolvimento das atividades. | 2 | 5 | 20 | 28 |
| Grau de contribuição do minicurso para a formação e/ou o desempenho dos profissionais de museus. | 0 | 9 | 22 | 24 |
| Avaliação geral do minicurso. | 0 | 4 | 16 | 35 |

Observações extraídas da ficha:

- Mais tempo de aula;
- Objetividade prática no preenchimento do edital;
- Melhor detalhamento nas etapas de elaboração dos projetos, mostrando esboços;
- Abrangência da área de financiamento econômico;
- Mostrar experiências exitosas;
- Exibição de filmes com museus que tiveram sucesso com financiamento;
- Modelos de projetos;
- Incluir parte prática;
- Utilizar a internet;
- Disponibilização do material, incluindo os slides mostrados;
- Mostrar os erros mais comuns nos editais;
- Possibilidade de montar o curso à distância.

Sugestões de temas para minicursos:

- Olhar cultural e científico nos museus;
- Modelo de termo de cooperação entre o IBRAM e os museus;
- Prática de elaboração de projetos e fomento na área cultural;

- Prestação de contas;
- Modelos de projetos;
- Gestão de museus;
- Arqueologia nos museus;
- Sistema Brasileiro de Museus;
- Difusão de acervo;
- Políticas culturais e museus;
- Uso de ferramentas tecnológicas para divulgação de museus;
- Ações educativas;
- Organização de museus (plano museológico, registros);
- Formas de construção de museus;
- Sociedade e museus;
- Política de aquisição e descarte de acervos;
- SICONV;
- Pesquisa em museus;
- Expografia;
- Lei Rouanet;
- Museologia Social;
- Criação de Associação de Amigos;
- Elaboração de projetos para Pontos de Memória;
- Processo de tombamento.

MINICURSO III – Promoção em museus: estratégias criativas e sustentáveis

Iº período: 46 participantes

IIº período: 54 participantes

IIIº período: 60 participantes

Média: 53,33

| Avaliação | Ruim | Bom | Muito Bom | Ótimo |
|---|------|-----|-----------|-------|
| Adequação da quantidade de participantes. | 0 | 4 | 23 | 28 |
| Adequação da estrutura física e os recursos utilizados para o desenvolvimento das atividades. | 2 | 5 | 20 | 28 |
| Grau de contribuição do minicurso para a formação e/ou o | 0 | 9 | 22 | 24 |

| | | | | |
|---|---|---|----|----|
| desempenho dos profissionais de museus. | | | | |
| Avaliação geral do minicurso. | 0 | 4 | 16 | 35 |

Observações extraídas da ficha:

- Fazer link da visita com o tema do minicurso;
- Aumentar a carga horária, incluindo para as visitas técnicas;
- Disponibilizar material para download no site do Fórum;
- Citar mais exemplos de promoção em museus, principalmente os comunitários;
- Fazer mais atividades práticas e exercícios;
- Intercalar os dias do minicurso;
- Separar museologia tradicional da museologia social;

Sugestões de temas para minicursos:

- Associação de amigos;
- Legislação museológica;
- Plano museológico/ ações educativas;
- Design;
- Conservação de acervos;
- Gerenciamento de riscos;
- Memórias e lutas;
- Memória e identidade;
- Economia criativa para museus;
- Museus e turismo;
- Folclore;
- Museu, web, visitação, divulgação;
- Integração entre museus;
- Gestão de projetos de museus;
- Planejamento financeiro em museus.

MINICURSO IV - Museus e acessibilidade: uma temática contemporânea

Iº período: 44 participantes

IIº período: 40 participantes

IIIº período: 39 participantes

Média: 41

| Avaliação | Ruim | Bom | Muito Bom | Ótimo |
|--|------|-----|-----------|-------|
| Adequação da quantidade de participantes. | 0 | 8 | 9 | 19 |
| Adequação da estrutura física e os recursos utilizados para o desenvolvimento das atividades. | 1 | 7 | 8 | 20 |
| Grau de contribuição do minicurso para a formação e/ou o desempenho dos profissionais de museus. | 0 | 3 | 11 | 22 |
| Avaliação geral do minicurso. | 0 | 3 | 9 | 24 |

Observações extraídas da ficha:

- Sensibilização para o tema;
- Mais atividades práticas;
- Equalizar graficamente os slides;
- Falar do plano de turismo;
- Inserir intérprete de libras na sala;
- Exemplificar com empresas que fornecem produtos condizentes com tema;
- Aumentar a carga horária;
- Falar mais sobre os tipos de necessidade;
- Melhorar o material apresentado;
- Melhorar a acústica do espaço;
- Citar mais exemplos de museus;
- Aumentar o número de participantes de órgãos públicos;
- Incluir vídeos explicativos e a internet;
- Abrir espaço para apresentação de trabalhos.

Sugestões de temas para minicursos:

- Gestão de equipamentos culturais;
- Curadorias acessíveis;
- Acessibilidade atitudinal;
- Acessibilidade infantil;
- Elaboração de projetos de acessibilidade;
- Audioguia e descrição para museus;
- Conflitos prédio histórico x museu;
- Museus e diversidade;
- Cultura Indígena;
- Acesso à cultura;
- Educação ambiental e sustentabilidade;
- Relação entre museus e museólogos;
- O museólogo e a mediação;
- Exposições itinerantes;
- Museus e turismo;
- Musealização de áreas urbanas;
- Conservação de acervos.

MINICURSO V - Documentação museológica: Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados.

Iº período: 62 participantes
IIº período: 69 participantes
IIIº período: 48 participantes
Média: 59,66

| Avaliação | Ruim | Bom | Muito Bom | Ótimo |
|---|------|-----|-----------|-------|
| Adequação da quantidade de participantes. | 0 | 7 | 11 | 14 |

| | | | | |
|--|---|----|----|----|
| Adequação da estrutura física e os recursos utilizados para o desenvolvimento das atividades. | 0 | 12 | 10 | 10 |
| Grau de contribuição do minicurso para a formação e/ou o desempenho dos profissionais de museus. | 0 | 2 | 10 | 20 |
| Avaliação geral do minicurso. | 0 | 3 | 4 | 25 |

Observações extraídas da ficha:

- Aumento da carga horária, incluindo mais tempo para exercícios;
- Mais computadores para uso dos participantes;
- Maior participação de profissionais de diferentes contextos nacionais;
- Permanência dos cursos;
- Cumprimento dos horários;
- Atividades práticas de acordo com as realidades;
- Mais tempo para experimentação do sistema;
- Organizar melhor o tempo das discussões para o tempo do minicurso.

Sugestões de temas para minicursos:

- Marketing;
- Conservação de acervos;
- Tráfego de bens culturais musealizados;
- Soluções midiáticas para museus;
- Documentação de acervos com tipologias não convencionais;
- Segurança em museus;
- Política de aquisição e descartes;
- Lei 10.639/2003;
- Logística museal;
- Legislação para museus;
- Expografia;
- Plano Museológico.

MINICURSO VI – Estudo de Público – conceitos e aplicações

Iº período: 21 participantes
 IIº período: 23 participantes
 IIIº período: 14 participantes
Média: 19,33

| Avaliação | Ruim | Bom | Muito Bom | Ótimo |
|--|------|-----|-----------|-------|
| Adequação da quantidade de participantes. | 0 | 4 | 4 | 5 |
| Adequação da estrutura física e os recursos utilizados para o desenvolvimento das atividades. | 0 | 6 | 3 | 4 |
| Grau de contribuição do minicurso para a formação e/ou o desempenho dos profissionais de museus. | 0 | 5 | 5 | 3 |
| Avaliação geral do minicurso. | 0 | 4 | 7 | 2 |

Observações extraídas da ficha:

- Refinamento das informações técnicas;
- Entrega de certificados na finalização do curso;
- Estudo de caso em alguma instituição;
- Aumento da carga horária;
- Mostrar estatísticas regionais;
- Trabalhar dinâmicas de grupo;
- Adequação do conteúdo a quantidade de horas;
- Ampliação de parte prática;
- Focar mais no tema;
- Apresentar metodologia adequada para desenvolver pesquisa de público.

Sugestões de temas para minicursos:

- Conhecimento histórico na prática museológica;
- Formação de profissionais nos museus;
- Legislação para museus;
- Práticas educativas inovadoras;
- Comunicação e percepção;
- Formas de trabalhos com o público;

- Captação de recursos;
- Interatividade com os acervos;
- Divulgação de museus.

Considerações

Como parte integrante da programação dos Fóruns Nacionais de Museus os minicursos representam momentos de troca e reflexão sobre as práticas desenvolvidas nos museus. Assim, constituem como espaço de construção do próprio pensamento museológico e neste VI Fórum Nacional de Museus não seria diferente. Os relatos dos minicursistas, bem como dos participantes dos seis minicursos oferecidos reiteram a sua importância.

Vale destacar a participação ativa, com sugestões, questionamentos, opiniões de todos os envolvidos no processo, tanto os públicos – sejam de museus, pontos de memória, estudantes, professores, profissionais, quanto da equipe desse Instituto Brasileiro de

Museus, que se empenharam para fazer dessas dez (10) horas de curso ministrado, um tempo produtivo, de aprendizado entre ambas as partes. Com certeza esses aspectos apontados são fortalecidos a cada Fórum e as respostas são positivas, como podemos observar com os números e opiniões/sugestões deixadas nas avaliações.

Espera-se que para o próximo Fórum Nacional de Museus, as demandas sejam ampliadas, por meio das temáticas sugeridas, materiais de apoio mais qualificados, profissionais envolvidos, visitas técnicas integradas e outras participações. Assim, de modo geral a avaliação dos seis minicursos realizados em 2014 é positiva. As expectativas foram atendidas e em alguns casos, até superadas. Parabéns a equipe do IBRAM e os participantes, que contribuíram para que os minicursos fossem um sucesso.